

Mailson manda suspender operações de crédito rural

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em telefonema dado do Rio, determinou a suspensão das operações de crédito agrícola e pecuário para a próxima safra, até que se faça a avaliação do impacto da anistia da correção monetária a pequenos empresários e produtores rurais, concedida pela Constituinte, sobre o Tesouro Nacional. O Banco do Brasil será um dos setores mais atingidos, pois praticamente centraliza o financiamento para a agropecuária.

A retaliação de Mailson à decisão dos constituintes era esperada. A

partir de hoje, o governo começará a reavaliar os cálculos do prejuízo provocado pela anistia, que de acordo com a previsão inicial chegaria a Cz\$ 750 bilhões. Técnicos do Ministério da Fazenda acreditam que uma das consequências na área dos bancos privados será o fechamento de crédito para pequenos empresários.

Se a decisão da Constituinte for confirmada no segundo turno de votação, "o governo efetuará os cortes necessários para compensar os custos". Essa é a posição do ministro do Planejamento, João Batista de

Abreu, transmitida pelo assessor de imprensa Fernando Martins. "As metas do projeto fiscal são intocáveis", acrescentou.

No Ministério do Planejamento informou-se que os cortes do orçamento atingirão os financiamentos de custeio da pecuária e de investimentos industriais, e também no refinanciamento de empréstimos concedidos às pequenas e médias empresas. Também não se descarta o aumento do Imposto de Renda na fonte para todas as categorias.

No entendimento de técnicos da

Seplan, a anistia ontem aprovada pela Constituinte invalida totalmente a economia feita pela União, nos meses de abril e maio, com a suspensão do pagamento da URP dos funcionários e servidores públicos. No Gabinete do ministro João Batista de Abreu, comentou-se também que o resultado de ontem (286 votos) foi uma vitória relativa do Governo, que, na semana passada — quando o ministro Mailson da Nóbrega ocupou um rede nacional de rádio e televisão, para pressionar contra a anistia — calculava 400 votos favoráveis à concessão da anistia.

O diretor da área bancária do Banco Central, Wadico Bucchi, disse que, mesmo com a cláusula estabelecendo que os bancos assumirão os débitos dos micro e pequenos empresários inadimplentes, o Tesouro arcará com o maior ônus da anistia das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado. Isso porque, segundo Bucchi, 85% das dívidas estão concentradas nos bancos oficiais — principalmente Banco do Brasil — e não haverá outra saída senão o Tesouro cobrir os prejuízos.

"A bomba, é claro, vai acabar

estourando na mão do contribuinte, já que terão que ser aprovadas outras receitas para cobrir esses prejuízos", previu ele, explicando que terá de ser definida uma alocação de recursos para esses bancos.

Para Bucchi, os bancos privados não serão muito prejudicados com a medida porque, além de eles concentrarem apenas 25% das dívidas, a maioria já refinanciou os débitos com os empresários. A assessoria econômica do Ministério da Fazenda já começou a levantar os prejuízos que recairão sobre os bancos oficiais.



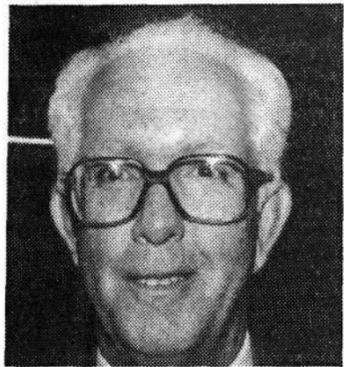
Lázaro: 'É nociva'

Lázaro diz que sistema agüenta

SÃO PAULO — "A medida é nociva, mas estamos longe da quebradeira", disse o presidente executivo do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão, ao tomar conhecimento da aprovação, pela Constituinte, da emenda que anistia o pagamento da correção monetária para os micro, pequenos e médios empresários.

Brandão lembrou, contudo, que a medida aprovada pela Constituinte afirma que o perdão só será válido para quem tem incapacidade de pagamento da sua dívida, "o que restringe um pouco a abrangência da medida". Na sua opinião, o sistema financeiro não sofrerá um colapso com a anistia, "já que são problemas de endividamento que vinham sendo administrados há muito pelos bancos". "É evidente que isso será muito ruim, mas o sistema agüenta."

O presidente executivo do Banco Noroeste, Leo Wallace Cochrane Junior, afirmou, por sua vez, que a medida é "uma catástrofe". O superintendente da Febraban, Antônio Carlos Leal Freitas, disse que o grande credor da faixa de empresários anistiada é o conjunto dos bancos oficiais. O Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o Banco da Amazônia e vários bancos estaduais são os prejudicados.



Teophilo: mais impostos

'E quem já pagou com sacrifício?'

Apesar da emenda sobre a anistia para os pequenos e médios agricultores e empresários garantir que esta dívida não será repassada ao Tesouro, os banqueiros advertem que não haverá outra solução: o efeito será diretamente sentido no bolso do contribuinte.

— Não há como escapar. Os bancos oficiais serão os mais afetados e o Governo acabará emitindo mais, com grave efeito inflacionário, ou então cobrando mais impostos — observou Teophilo de Azevedo Santos, presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro.

Carlos Brandão, diretor do Banco Econômico, lembrou ainda que o perdão cria um grave precedente. "E quem já pagou a dívida com muito sacrifício, como fica? O que é pior é que apenas uma parte da população será anistiada. O consumidor não tem direito também ao perdão por ter comprado a prazo durante o Plano Cruzado?", questionou.

Os banqueiros acharam ao menos mais suave a forma como a emenda foi aprovada, já que serão anistiadas apenas as dívidas até 5 mil OTNs.



Vieira: 'É um absurdo'

Bamerindus não empresta mais

CURITIBA — O presidente do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, disse que a aprovação da anistia trará graves consequências para os bancos e os próprios anistiados. "A Constituinte jogou toda a responsabilidade e as consequências dos equívocos econômicos do governo sobre os bancos e isso é um absurdo", afirmou.

Preocupado com as consequências da medida daqui para a frente, o presidente do quarto maior banco do país previu grandes dificuldades para os pequenos produtores rurais e micro-empresários obterem crédito junto ao sistema bancário. "Quando quiserem empréstimo bancários, eles terão que recorrer aos constituintes, porque nós não emprestamos mais", disse.

Andrade Vieira classificou de "absurdo" o artigo que proíbe os bancos de recorrerem ao Tesouro Nacional para se ressarcir da anistia aos micro-empresários e pequenos produtores rurais. Disse que a Constituinte extrapolou suas funções.

"Nós não elegemos constituintes para regular os débitos do sistema bancário" — afirmou, advertindo que a aprovação da anistia abre grave precedente, porque a lei não pode privilegiar um segmento da sociedade. "Todos têm direitos", acentuou.

Constituinte veta legalização dos cassinos no país

BRASÍLIA — As roletas no Brasil continuarão clandestinas e os fanáticos pelo jogo terão de viajar ao exterior se quiserem tentar a sorte nos cassinos. A Constituinte rejeitou por 271 votos a favor contra 118 a emenda dos deputados Aloysio Teixeira (PMDB-RJ) e Alexandre Puzyna (PMDB-RJ) que revogava o decreto-lei do presidente Dutra proibindo o jogo no país. Faltaram apenas nove votos para a emenda ser aprovada. Na votação seguinte, a legalização do jogo do bicho foi recusada por 208 votos contra 144.

Durante a votação sobre a legalização dos cassinos a Constituinte assistiu a uma luta durante o encaminhamento da votação. O vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, deixou a questão em aberto para a bancada mas afirmou que ele votaria pela aprovação. Arolde de Oliveira (PFL-RJ), que estava sentado no fundo do plenário, não conseguiu ouvir bem o discurso do líder e achou que Inocêncio tinha conclamado a bancada para votar sim. Partiu para cima de Inocêncio e o agrediu.

Amato lembra o princípio da isonomia

SÃO PAULO — Até o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, foi obrigado a reconhecer: graças à emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE), que limita em 5 mil OTNs a dívida original a ser anistiada, um mal ainda maior foi evitado. "Veja a que ponto chegamos", comentou ele, fazendo coro com outros líderes do empresariado paulista, obrigados a expressar reconhecimento a um deputado comunista e que têm agora outra preocupação, decorrente de precedente aberto pelos constituintes.

"Não seria o caso, a partir dessa decisão, de os pequenos empresários, que bravamente conseguiram pagar as suas dívidas, invocarem o princípio da isonomia?", perguntou o presidente da Fiesp. Por esse princípio, constantemente invocado por hábeis advogados, fica garantida a "igualdade de

todos perante a lei, assegurada como princípio constitucional", conforme define o dicionarista Aurélio Buarque de Hollanda.

Embora não seja um jurista, Romeu Trussardi Filho, presidente da Associação Comercial de São Paulo, pensa o mesmo. "Somos contra a anistia, justamente porque alguns — senão a maioria — já quitaram suas dívidas às custas de grandes sacrifícios, vendendo seus bens, passando enormes dificuldades. Não é justo que os contribuintes paguem, como vão pagar, as dívidas contraídas por outras pessoas", reclamou.

Oded Grajow, dono da Grow, indústria de brinquedos, teme que o calote tenha sido finalmente institucionalizado no país, porque a decisão dos constituintes abriu um precedente perigoso, "que muitos vão agora pleitear também". A única coisa positiva que ele vê na medida é que o governo deve passar a agir agora de forma mais cautelosa.

"Talvez, eles parem de prometer coisas que não poderão cumprir", comenta o empresário, que também é presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq).